

Cláusula quarta: Foi criada as seguintes filiais:

Filial de nº 01, sendo que sua sede social é na Rua Carlos Tridapalli, nº 372, Bairro Bezenelo, na cidade de Nova Trento-SC, Cep 88270-000, para operar no mesmo ramo da Matriz, para qual fica destacado um Capital de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para efeitos fiscais, CNPJ 09.000.218/0002-00, inscrita na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina em 03.03.2011, sob nº 42900923207.

Filial de nº 02, sendo que sua sede social é na Rua Antonio Cardoso, nº 212, Bairro Cobre, na cidade de Canelinha-SC, Cep 88230-000, para operar no mesmo ramo da Matriz, para qual fica destacado um Capital de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para efeitos fiscais.

Cláusula quinta: A sociedade iniciou suas atividades em 15 de Agosto de 2007 e o prazo de duração será de tempo indeterminado.

Do Capital e das Quotas

Cláusula sexta: O capital social é de R\$ 100.000,00 (cem mil) reais, constituído de 100.000 (cem mil) quotas do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, já totalmente integralizadas em moeda corrente do país, assim distribuídas:

Sócio	Valor Subscrito em reais	Perc.
JULIO NILTON DE SOUZA	R\$ 50.000,00	50%
ARIANI CRISTINA CAPRARO DE SOUZA	R\$ 50.000,00	50%
TOTAIS	R\$ 100.000,00	100%

Cláusula sétima: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula oitava: Os sócios participam dos lucros e perdas na proporção das respectivas quotas.

Cláusula nona: Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

Da Administração

Cláusula décima: A administração da sociedade será exercida pelos sócios **JULIO NILTON DE SOUZA E ARIANI CRISTINA CAPRARO DE SOUZA** em conjunto ou individualmente.

Cláusula décima primeira: Os administradores têm os poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade.

Cláusula décima segunda: Os administradores receberão um "pró-labore" mensal, fixado de comum acordo pelos sócios, no início de cada exercício social, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites.

Cláusula décima terceira: É vedado aos administradores fazerem uso da firma na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor, em negócios estranhos ao objeto social.

**AUTENTICAÇÃO
NO VERSO**